

A Arquivística e a ação social

Archiving and social action

María Teresa Bermúdez Muñoz

Professora da Seção Arquivística da Universidade de Costa Rica
historia@ucr.ac.cr

RESUMO:

A Arquivística está compelida a cumprir um papel fundamental no que diz respeito aos direitos dos cidadãos, ao acesso à informação pública, ao respeito à informação confidencial, à transparência administrativa e à prestação de contas. Por meio desse artigo, descrever-se-á um projeto de trabalho universitário comunitário, desenvolvido na Seção de Arquivística da Universidade de Costa Rica.

Palavras-chave: Arquivística; direito dos cidadãos; acesso à informação; respeito à informação confidencial; transparência administrativa; prestação de contas

ABSTRACT:

Archiving is compelled to perform a vital role regarding the rights of citizens, access to public information, respect for confidential information, administrative transparency and accountability. In this article, we will describe a university community project carried out by our Archiving Section regarding the aspects described above.

Keywords: *archiving; citizens' rights; access to information; respect for confidential information; administrative transparency; accountability*

A Arquivística e a ação social

A carreira de arquivista surge na Costa Rica com a abertura do Curso em Arquivo Administrativo (1978) cuja finalidade era oferecer capacitação básica àqueles funcionários da administração pública que tinham sob sua responsabilidade os arquivos do Estado, sobretudo para formar os funcionários do Arquivo Nacional. Essa primeira etapa da carreira caracterizou-se por uma formação empírica e por um enfoque no arquivo permanente ou histórico. Formação empírica porque a maioria dos professores eram historiadores que haviam participado de alguns “cursos de capacitação, oficinas e estágios de curta duração” (Bustamante 2007, na Argentina e na Espanha, e enfoque em arquivo permanente porque uma grande parte dos professores eram funcionários do Arquivo Nacional que só haviam trabalhado com documentos históricos. O curso funcionou durante 12 anos, período durante o qual passou por somente duas modificações substantivas: a inclusão de duas disciplinas de Informática (1985) e a introdução da disciplina Oficina de Arquivística Geral (1990) (Echavarría Solís 2005).

Em 1992, foi criado o Bacharelado em Arquivística com a finalidade de responder às necessidades do mercado de trabalho do país, uma vez que já havia sido concedido o marco normativo para a criação e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Arquivos. Ainda que, nessa segunda etapa, tenha se introduzido o enfoque da “gestão de documentos” e o da “Arquivística integrada”, o objetivo não foi alcançado em razão do corpo de docentes continuar sendo quase o mesmo que lecionava as matérias da Graduação: os cursos relacionados aos processos técnicos arquivísticos continuavam iguais ao da Graduação, com o enfoque em arquivo histórico, sem prática arquivística e com uma teoria muito elementar, para não dizer básica. Além disso, continuava sendo ministrada uma grande quantidade de cursos de História.

Em 1999, há uma reestruturação do plano de estudos com o objetivo de que os estudantes pudessem ter um melhor desempenho nos arquivos administrativos públicos e privados, assim como deveria prever, de forma tímida, a aparição do documento eletrônico: elimina-se um curso de História e inclui-se um de Ciência da Informação. Contudo, os problemas dos cursos relacionados com os processos arquivísticos continuavam pela falta de atualização por parte dos professores que prosseguiram ensinando a Arquivística tradicional.

Em 2004 e 2005, modifica-se parcialmente o plano de estudos do Bacharelado e se cria a Licenciatura em Arquivística, com o fim de formar profissionais em Ciências da Informação, desenvolver pesquisas de alto nível e promover uma cultura da informação institucional (Echavarría Solís 2005). Apesar de continuarem os problemas citados anteriormente, começa-se a perceber uma mudança nos estudantes, já que deixam de ter um papel passivo e adotam um mais pró-ativo.

Além disso, desde 2006, o curso de “Análises e Projeto de Arquivos I e II” foi completamente modificado. Este curso é o último obrigatório em Arquivística para os estudantes, antes de se graduarem bacharéis. A mudança consistiu em que os estudantes têm que aplicar a Norma ISO 15489 em uma entidade pública ou em uma empresa privada. Durante o primeiro semestre do ano (março a julho) desenvolvem-se as etapas A, B, C e D da Norma, enquanto que durante o segundo ciclo se aplicam as etapas E, F, G e H. O trabalho tem sido muito enriquecedor, tanto para o professor como para os estudantes, contudo, também tem sido exaustivo devido à necessidade de retomar os processos arquivísticos na sua totalidade (Bermúdez 2010).

No início de 2008, a carreira de arquivista é submetida a um processo de autoavaliação com o fim de detectar forças, debilidades, ameaças e oportunidades e na busca por melhorias em todos os seus processos internos (acadêmicos, administrativos e estudantis), para assim poder responder eficientemente às necessidades do mercado de trabalho arquivístico. Esse processo de autoavaliação atingiu seu cume em 2011. Posteriormente, trabalhou-se durante dois anos na elaboração de um novo projeto curricular, cujo plano de estudos começou a ser implementado em março do presente ano, com o início do primeiro semestre letivo de 2014, projeto no qual prevalece um enfoque na gestão de documentos e que tem como eixo transversal o documento eletrônico. Além disso, é um plano de estudos baseado em competências.

Os avanços obtidos na carreira arquivística até esta data são revelados no seguinte quadro:

Quadro de Graduados

Graduados	2013
Curso	227
Bacharelado	203
Licenciatura	30

Fonte: Estatísticas da Seção de Arquivística.

Finalmente, deve-se destacar que, segundo o Informe Final de Autoavaliação (Jaén García

2011), a carreira arquivística tem uma alta demanda no mercado de trabalho, já que a maior parte dos estudantes integra-se ao processo produtivo do país desde o segundo ano e cerca de 40,5% do estudentado trabalha mais de 40 horas semanais. Esse fato é reafirmado pelo Informe do CONARE sobre o monitoramento da condição de trabalho das pessoas graduadas, ao apontar que a carreira arquivística é a disciplina com melhor mercado na área das Ciências Sociais e a segunda, depois de Estatística, em âmbito nacional.

A ação social na Universidade de Costa Rica

Um dos pilares substantivos da Universidade da Costa Rica é a Ação Social, razão pela qual todos os estudantes universitários são obrigados a realizar 300 horas de Trabalho Comunitário Universitário (TCU) para obter seu título de graduação e também com o objetivo de devolver às comunidades um pouco do investimento que o Estado realiza nas universidades públicas.

No início, o TCU da carreira arquivística serviu para os estudantes realizarem um trabalho operacional nas instituições públicas e em algumas empresas, tais como arquivar e numerar documentos, organizar documentos localizados em depósitos, identificar caixas, fazer o levantamento das listas de referência.

Posteriormente, em 2008 (Bermúdez Muñoz, 2007), o projeto do TCU foi modificado com o objetivo de que realmente constituísse uma projeção para as comunidades e não apenas para proporcionar mão de obra barata às organizações. O nome do novo projeto era *Projeto e difusão de um programa informativo sobre a relação dos arquivos com o acesso à informação pública e com a transparência administrativa e a prestação de contas* e seu objetivo era conscientizar e motivar os cidadãos em geral e os estudantes de colégios técnicos sobre a relação dos arquivos com o acesso à informação pública, com a transparência administrativa e a prestação de contas.

Com este projeto, planejava-se que os usuários de saúde da Caixa Costarricense de Seguro Social conhecessem seus direitos sobre o acesso ao prontuário clínico; além disso, pretendia-se que os estudantes de secretariado profissional tomassem consciência da importância de administrar adequadamente os arquivos institucionais com o objetivo de garantir a transparência administrativa e a prestação de contas na função pública.

Outra alteração no projeto citado consistiu em integrar estudantes de outras carreiras, tais como Direito, Medicina, Engenharia Industrial, Informática e Artes Gráficas, para fomentar a interdisciplinaridade.

Em 2010, o projeto do TCU foi modificado uma vez mais, como o fim de preencher um vazio relacionado ao acesso à informação por parte da cidadania e que havia sido detectado nas diversas notícias veiculadas na imprensa nacional (Bermúdez Muñoz 2009).

O novo nome do projeto era *Os arquivos e o acesso à informação* e seu objetivo geral consistia em que os cidadãos da grande área metropolitana tomassem consciência da importância do acesso à informação pública, porém respeitando, ao mesmo tempo, a informação privada, propiciando assim uma verdadeira democratização da informação do Estado.

A cobertura geográfica do projeto estendeu-se por toda a Grande Área Metropolitana (GAM) incluindo distritos e cantões das províncias de Alajuela, Cartago, Heredia, Limón e San José.

Dentre as atividades desenvolvidas durante este projeto destacam-se as seguintes:

- Diagnósticos arquivísticos em instituições públicas.
- Organização de documentos em repartições administrativas.
- Elaboração de instruções sobre determinados subfundos.
- Elaboração e distribuição de folhetos com a informação sobre o acesso à informação pública e sobre a proteção dos dados pessoais compartilhados. Palestras sobre o acesso à informação realizadas para diversos grupos organizados como Delegacias de Polícia, Conselhos Municipais, Centros Agrícolas, padres e pessoal das creches diurnas, Oficinas da Mulher municipais, grupos de mulheres de zonas marginalizadas. Avaliação dos sites WEB de instituições públicas para determinar até que ponto permitem o acesso à informação de maneira transparente, confidencial, democrática e funcional.
- Palestras ministradas a estudantes da educação secundária a respeito dos dados pessoais.
- Palestras a estudantes e docentes de colégios públicos e privados e também a associações estudantis sobre a importância dos arquivos no âmbito institucional, familiar e pessoal. Diagnóstico dos arquivos clínicos das EBAIS (Equipes Básicas de Atenção Integral à Saúde).
- Palestras a funcionários das EBAIS sobre a norma relacionada aos prontuários de saúde e aos direitos e deveres dos citados funcionários.
- Elaboração e distribuição de folhetos sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde nas EBAIS, hospitais e clínicas da CCSS (Caixa Costarriquense de Seguro Social).

Como consequência dessas atividades, assinalam-se alguns dos benefícios obtidos pela população-alvo do projeto:

- Contribuir para que a função pública seja mais eficiente e eficaz.
- Colaborar com as denúncias de corrupção que têm sido publicadas nos meios de comunicação sobre as diversas gestões governamentais.
- Facilitar o acesso à informação pública por parte dos usuários.

Outros benefícios

As entrevistas com os usuários de saúde não só permitiram repassar os direitos e deveres dos pacientes como também propiciou aos estudantes interagir com os cidadãos, sobretudo com as pessoas adultas mais velhas, tomando conhecimento dos relatos de vida.

As palestras dadas aos estudantes de colégios técnicos serviram para conscientizá-los sobre a importância de organizar bem os documentos nas repartições e empresas com o objetivo de que a gestão governamental ou empresarial seja transparente.

Na relação com os estudantes das associações estudantis, os benefícios assentam em que, por meio das palestras, tratou-se de criar neles a consciência de que manter os documentos organizados contribui para uma saudável e eficiente gestão administrativa e contábil das associações.

O projeto de trabalho comunitário sensibilizou a população estudantil e docente dos colégios pelo fato de que embora a Lei de Proteção à Pessoa, no que diz respeito ao tratamento de seus dados pessoais, date de setembro de 2011, há um grande desconhecimento por parte da população sobre este tema, o que despertou um grande interesse tanto nos professores como nos estudantes. Eles compartilharam histórias sobre as situações que haviam experimentado ao manusear dados pessoais e como esse fato tem afetado suas vidas. A população-alvo mostrou-se muito agradecida aos estudantes do TCU por lhes ter dado ferramentas para defender-se dos abusos cometidos no tratamento de seus dados pessoais. Um exemplo do que foi dito ocorreu no Liceu Rodrigo Facio, porque na instituição um grupo de alunos gerencia uma página do Facebook, conhecida como “Pessoas do Facio”, na qual se exerce o assédio moral e a perseguição a estudantes do centro educativo. Graças às palestras sobre a citada Lei, agora os estudantes conhecem as ferramentas necessárias para se defenderem desse tipo de situação e as consequências que publicações como a mencionada acarretam. Além disso, foram orientados sobre a manipulação dos dados de emissores de cartões de crédito e entidades bancárias, entre outras situações. Contudo, o fato de que os estudantes de colégios conheçam seus direitos e limitações sobre o acesso à informação lhes serve como base para a formação cidadã e permitindo uma participação mais ativa no desenvolvimento das comunidades.

Entretanto, considera-se que a informação oferecida pelos estudantes do TCU não se restringirá aos colégios, porque provavelmente alguns deles transmitirão esses dados a seus familiares e amigos. Além disso, os professores que estiveram presentes durante as capacitações podem ser agentes de mudança no sentido de que seus futuros alunos também recebam a informação.

Em relação às palestras ministradas aos membros dos Conselhos Municipais, aos oficiais de Polícia das delegações, esses também compartilharam histórias no que concerne à proteção dos dados pessoais. O tema gerou interesse entre essa população beneficiária, pois aprenderam ferramentas importantes para proteger seus dados pessoais e souberam quais as medidas que podem tomar se sua privacidade for violada ou for feita uma má administração de seus dados.

Estima-se que com a distribuição do folheto sobre a informação pública, explicando o conteúdo do artigo 30 da Constituição Pública e como é possível impetrar um recurso quando se viola esse direito constitucional, forma-se assim a cidadania, de maneira que os cidadãos conheçam seus direitos constitucionais sobre o acesso à informação pública. Além disso, propicia-se a transparência administrativa, já que os cidadãos informados de seus direitos podem solicitar aos governantes que prestem contas de sua gestão.

Outro segmento beneficiado da população são os usuários dos sites da Web, já que as autoridades das instituições analisadas tomaram conhecimento das fragilidades e forças

de suas páginas eletrônicas e podem empreender medidas para que esses sites sejam mais receptivos para com os cidadãos que diariamente os visitam em busca de informação.

Em geral, considera-se que o projeto tem tido um grande impacto na população-alvo que com a metodologia de entrevista e a entrega da informação permitem beneficiar os usuários que, por suas características socioeconômicas, não tinham acesso, em primeira mão, à informação desse tipo. Além disso, considera-se que a informação entregue à população beneficiária direta multiplicar-se-á nos diversos núcleos familiares e comunitários.

Conclui-se que, mediante o trabalho comunitário universitário, pode-se realizar um trabalho arquivístico que tenha um impacto direto sobre aspectos como a prestação de contas, ao contribuir para a organização dos documentos, para o acesso à informação por parte dos cidadãos, através do conhecimento de seus direitos, mas também de seus deveres, evitando os abusos praticados pelas entidades públicas.

Referências Bibliográficas

- Bermúdez Muñoz, MT (2007). Proyecto TC-156 Diseño y difusión de un programa informativo sobre la relación de los archivos con el acceso a la información pública y con la transparencia administrativa y la rendición de cuentas. Vicerrectoría de Acción Social, Universidad de Costa Rica.
- Bermúdez Muñoz, MT (2009). Proyecto TC-156 Los archivos y el acceso a la información pública. Vicerrectoría de Acción Social, Universidad de Costa Rica.
- Bermúdez Muñoz, MT (2010). Quels sont les types d'entraînements et de formations en Archivistique disponibles? Quels en sont les lacunes? En: Comma.
- Bustamante, José (2007). Situación comparada en América Latina y El Caribe. En: Hacia la construcción de políticas nacionales de información: la experiencia de América Latina. UNESCO.
- Echavarría Solís, AL y J.B. Rivas Fernández (2005). Reseña de la formación profesional de archivistas en Costa Rica. Ciudad Universitaria Rodrigo Facio.
- Jaén García, LF y otras (2011) Informe final de Autoevaluación. Sección de Archivística, Universidad de Costa Rica.

Recebido em 26/01/2014

